

Paulistanos preferem o presidencialismo

Dos paulistanos que sabem o que é parlamentarismo e que o Brasil já viveu sob este sistema, ou afirmam saber pelo menos uma das duas coisas, nada menos de 52% preferem o regime presidencialista, contra 39% cujas preferências recaem sobre o parlamentarismo. Mas, tanto os adeptos do parlamentarismo como os do atual regime são maciçamente favoráveis (82%) a que o primeiro-ministro seja eleito diretamente pelo povo, caso o parlamentarismo seja novamente implantado no País. Estas, algumas das conclusões da pesquisa realizada na última quinta-feira pelo Departamento de Pesquisa de Mercado de O Estado de S. Paulo, utilizando a técnica de entrevistas pessoais, em locais de grande circulação na cidade de São Paulo.

A amostra pesquisada, representativa da população paulistana, abrangeu 400 entrevistados, 200 de cada sexo, com idade entre 15 e 65 anos e pertencentes a todas as classes sociais, estando os resultados sujeitos a uma margem de erro de no máximo 5%, para mais ou para menos. A elaboração do tema e a análise dos resultados são de responsabilidade da redação de O Estado, enquanto o responsável pelo levantamento foi o analista de pesquisa Paulo R. Campana Carramenha.

Desconhecimento

Dos 400 entrevistados pelo Estado, 69% (276 pessoas) afirmaram não saber o que é parlamentarismo: ape-

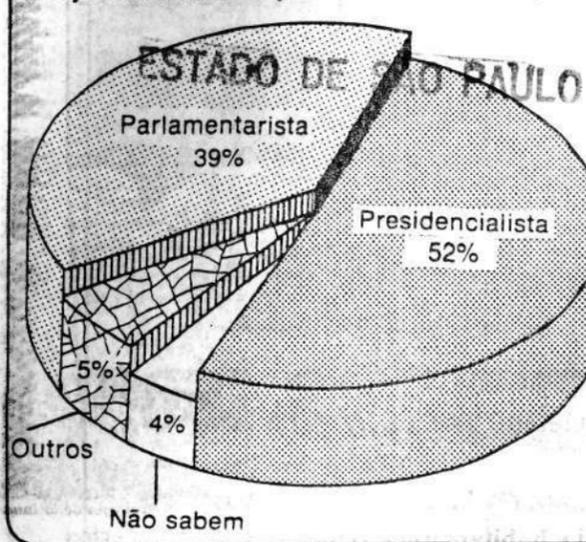
nas 22% das mulheres e 40% dos homens responderam afirmativamente à pergunta "você sabe o que é parlamentarismo?".

Em relação ao fato de já ter havido parlamentarismo no Brasil, o desconhecimento da população é um pouco menor, com 58% das pessoas respondendo que não sabiam disso. Porém, a maioria (48%) daqueles que sabem (166 entrevistados) que já houve esse sistema de governo respondeu que a experiência brasileira nesse campo foi insatisfatória, contra 21% que a consideram satisfatória e 26% que não souberam responder. Para 5%, a experiência não foi "nem satisfatória, nem insatisfatória".

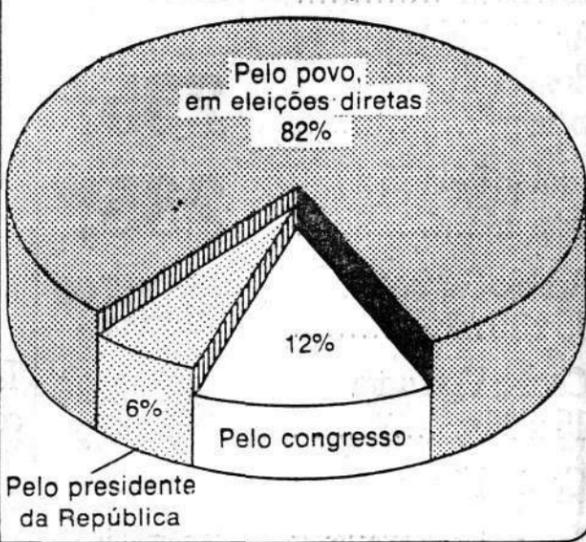
Mas em relação à preferência da população que afirma saber o que é

parlamentarismo ou que já houve esse regime no Brasil (194 pessoas), 52% declaram-se favoráveis ao presidencialismo e 39% ao parlamentarismo, enquanto 4% não souberam responder. A surpresa ficou por conta das respostas espontaneamente dadas, quando 3% disseram preferir o regime "militar" e o "autoritário", aparecendo a seguir o regime "misto" e o "socialista", com 1% das preferências cada um. Quanto às 76 pessoas que preferem o parlamentarismo, 49% acham que deveria ser implantado agora no Brasil, ao passo que 51% são de opinião que isto só deveria ocorrer com o sucessor do presidente José Sarney, o que significa, do ponto de vista estatístico, que há um empate entre as duas correntes.

Que regime de governo você prefere que seja determinado pela nova Constituição?



No caso de implantação do parlamentarismo, como deve ser indicado o primeiro-ministro?



Os dois modelos para o parlamentarismo

RUBEN CESAR KEINERT

No início estavam os nobres e a alta burguesia inglesa defendendo-se do absolutismo das dinastias Tudor e — após 1603 — Stuart. Com o seu triunfo na Revolução Gloriosa conseguem impor as idéias pelas quais vinham lutando: obediência do rei à Carta de Direitos (Bill of Rights), tolerância religiosa, divisão dos poderes do Estado, prerrogativa do parlamento para a designação do rei em caso de vacância do cargo, predominância do Legislativo sobre o Executivo no governo. Estava lançada a base da experiência constitucional de governo e da prática do liberalismo.

Para garantir a predominância do Legislativo nas questões governamentais, atrelou-se o rei (aproveitando a baixa popularidade de que o trono gozava naquele momento, aos flâmes do parlamentarismo, em mais uma demonstração da inventividade britânica. Por este sistema, distinguem-se as funções de Estado e as funções de governo. Aquelas restringem-se, ao longo do tempo, a de símbolo da unidade política interna e às funções de representação externa. As funções de governo referem-se à execução das políticas públicas, ao cuidado com a administração e à articulação política para sustentação dos projetos do Executivo.

Note-se, porém, o detalhe importante: o governo, responsável pelas decisões que mais direta e imediatamente afetam as relações dos cida-

dãos no seu dia-a-dia, compõe-se com os membros do parlamento (os congressos nacionais, nas repúblicas). O chefe de Estado convida o líder do partido mais votado nas eleições legislativas para formar o gabinete de governo, expressando assim a vontade da maioria da opinião pública.

Para preservar essa vontade da maioria, há dispositivos que permitem a dissolução do gabinete ou a queda de um dos ministros, cuja política ou cujos procedimentos se tenham tornado presumivelmente contraditórios. Esse dispositivo é o voto de confiança a que se devem submeter o gabinete ou um dos ministros, quando sua(s) política(s) está sofrendo oposição concentrada. Por outro lado, o chefe de Estado pode também dissolver a Câmara convocando novas eleições, se perceber que as críticas recebidas pelo gabinete não correspondem aos anseios da maioria, e criando condições para que a representatividade parlamentar seja recomposta por nova consulta ao eleitorado.

A grosso modo, sem atentar para características nacionais republicanas, esse é o sistema vigente na Inglaterra, Itália, Japão, Índia, Alemanha Ocidental, Austrália, Espanha, Bélgica, Holanda e outros países. Era o sistema também vigente na França da Terceira República (1870-1940) e da Quarta República (1944-1958), até ser modificado pela crise de governabilidade nacional ocasionada pela questão argelina. A situação foi con-

tornada pela designação de Charles de Gaulle para primeiro-ministro, com amplos poderes para reformar a Constituição francesa.

Com a nova Constituição, a França passou a contar com um presidente da República eleito pelo voto popular, com mandato de sete anos e com presença mais efetiva no governo. Inclui-se, aí, a nomeação de alguns titulares de postos civis e militares, o credenciamento de embaixadores estrangeiros, a presidência do Conselho de Defesa Nacional, a nomeação do terço do Conselho Constitucional (destinado a julgar as querelas constitucionais), poder de referendun e os poderes de emergência. Através destes, para garantir o funcionamento normal das funções públicas, o presidente pode tomar as medidas exigidas pelas circunstâncias.

Estas concessões ao Executivo levam a que o regime francês seja considerado um híbrido de parlamentarismo e presidencialismo. No entanto, o fortalecimento da presidência tem sido aceito como uma necessidade de defesa para os Estados acossados pelo terrorismo, de modo que passou a ser considerado um modelo de igual pertinência ao modelo clássico. Portugal, notadamente, adotou-o em suas linhas gerais depois da queda da ditadura de Salazar.

* Ruben Cesar Keinert, sociólogo, chefe do Depto. de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração da FGV-SP, é autor de O que é Parlamentarismo, ed. Brasiliense.

Sarney dispara seus torpedos contra regime

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O parlamentarismo seria implantado no País se o substitutivo da Comissão de Sistematização tivesse sido votado há um mês. Mas a grande tendência parlamentarista na Constituinte começa a ser torpedeada pelo Palácio do Planalto e os resultados na votação da matéria no plenário são absolutamente imprevisíveis.

O presidente José Sarney, um ex-parlamentarista, fincou pé e não admite a mudança do sistema de governo antes do fim de seu mandato. Seu líder na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, chegou a admitir a possibilidade da criação de um regime de gabinete, mas mudou de posição. E os principais líderes da Aliança Democrática, por motivos até diversos, também estão contra a criação do parlamentarismo.

Presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães não perdeu o sonho de ocupar, sem interinidade, a cadeira presidencial e não vê razões para dividir o poder, que persegue há tantos anos, com um primeiro-ministro. Mário Covas, outro presidencialista, braveja quando o presidente Sarney reafirma sua posição favorável à manutenção do presidencialismo, mas não consegue disfarçar sua preferência pelo presidencialismo.

Do lado do PFL, o senador Marco Maciel quase tem perdido a paciência para explicar as vantagens do presidencialismo. Outro presidencialista do partido, o ministro Aureliano Chaves, também não gosta da idéia de dividir o poder com um primeiro-ministro. Mais prático, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, fulmina a idéia de mudança do sistema de governo: "Parlamentarismo com 53% do Congresso nas mãos do PMDB é loucura".

A idéia de um parlamento para "controlar" o presidente também não fascina os líderes de pequenos partidos, como o PDT de Leonel Brizola e o PT de Luiz Inácio Lula da Silva. Sem candidatos de peso para disputar a Presidência da República, o PCB e o PC do B estão fechados com o parlamentarismo, regime através do qual não estariam de todo excluídos das decisões.

Diretas

Ainda de acordo com o levantamento realizado por O Estado, 82% das 194 pessoas que sabem o que é parlamentarismo acham que, caso esse sistema seja implantado, o primeiro-ministro deveria ser eleito pelo povo em eleições diretas; 12% são favoráveis à sua eleição pelo Congresso; e apenas 6% acham que tal prerrogativa deve caber ao presidente da República.

Solicitados a citar "o nome mais indicado para primeiro-ministro", 43% dos 194 entrevistados que sabem o que é parlamentarismo disseram não saber e outros 12% afirmaram que no momento não há "ninguém em condições" de ocupar tal cargo. O senador Mário Covas

(PMDB) encabeça a lista dos mais citados (9%), seguido por Antônio Ermírio de Moraes (6%). Empatados, com 4% das indicações, cada um, aparecem o deputado e presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães; o também deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT); o ex-deputado Paulo Maluf (PDS); e o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Finalmente, indagados se o presidente José Sarney deve cumprir um mandato de quatro ou de cinco anos, 63% dos entrevistados que computam o total da amostra (400 pessoas) mostraram-se favoráveis à primeira opção e 22% à segunda. Espontaneamente, apenas 1% sugeriu um mandato de seis anos para o presidente Sarney, enquanto 14% disseram que ele "deve sair já".

Pesquisa do Planalto confirma a tendência

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Palácio do Planalto divulgou ontem pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, entre julho e agosto, em 20 estados, onde 44% de 1.300 pessoas que sabiam o significado de presidencialismo e parlamentarismo preferiram o primeiro sistema de governo, enquanto 33% foram favoráveis ao parlamentarismo. Na verdade, o instituto aplicou 1.917 questionários, dos quais 32% nunca tinham ouvido falar nos dois sistemas de governo e 16% não tinham opinião formada. Nessa situação, considerando a parcela a que o entrevistador explicou os dois temas, ou seja, computando as respostas de toda a população pesquisada, a preferência pelo presidencialismo caiu para 30% e pelo parlamentarismo reduziu para 22%.

Ao divulgar a pesquisa, o porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, afirmou que esse resultado prova que a maioria do povo quer o presidencialismo. Desse modo, disse acredi-

tar que os constituintes, representantes do povo, busquem entrar em sintonia com seu eleitorado e correntes da opinião pública. Mas houve quem preferisse outros sistemas. Quatro pessoas, por exemplo, acolheram o militarismo como sistema de governo, três preferiram o socialismo e outras três gostariam de ter a ditadura. Ninguém escolheu, contudo, a monarquia e apenas duas pessoas optaram pelo comunismo. De acordo com a pesquisa do Gallup, a preferência pelo presidencialismo é mais acentuada entre pessoas da classe A, nos Estados do Norte e Centro-Oeste.

Extra-oficialmente, sabe-se que essa pesquisa foi pedida pelo Palácio do Planalto, mas Frota Neto não disse de quem era a iniciativa, afirmando apenas ter a Presidência da República recebido uma cópia, onde existem dados também sobre a simpatia do povo pelos partidos políticos. O PMDB é o primeiro, preferido por 313 pessoas, do total de 1.300 e seguido do PT, com 236. Depois surge o PDS, preferido por 83 pessoas, seguido do PDT (78 pessoas) e do PFL, com 57.

Para Gallup, governador mais popular é Quércia

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, é o mais popular em todo o País, segundo pesquisa realizada pelo Gallup, entre julho e agosto, em 20 estados, e divulgada ontem por iniciativa do Palácio do Planalto. Quércia, segundo os quadros apresentados pelo porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, foi o governador que mais apareceu em todas as regiões, como resposta à pergunta: "O senhor admira alguns desses governadores?"

Segundo a pesquisa do Gallup, o governador de São Paulo foi indicado em 31% dos questionários, nacionalmente, seguido de Moreira Franco, do Rio de Janeiro, que apareceu em 18%. Depois vem Fernando Collor, de Alagoas (15%), e Miguel Arraes, de Pernambuco (13%). Pedro Simom, governador do Rio Grande do Sul, em termos nacionais ficou

com 10%, enquanto Álvaro Dias, do Paraná, teve 9%, e os governadores da Bahia, Waldyr Pires, e de Minas Gerais, Newton Cardoso, empataram com 7%.

Quércia lidera a preferência em todas as regiões, segundo o Gallup. No Sul, é seguido de Álvaro Dias e Pedro Simom. No Sudeste, depois dele, os mais citados foram Moreira Franco e Fernando Collor. No Nordeste, abaixo do governador de São Paulo, estão Collor, Arraes e Moreira Franco. No Norte e Centro-Oeste, a liderança também é de Quércia, enquanto Moreira Franco fica em segundo lugar, seguido de Miguel Arraes e de Henrique Santillo, governador de Goiás, que aparece em 19% dos questionários. O governador de São Paulo fica com 47% nos cálculos realizados nessa região.

Apesar de divulgar a pesquisa, Frota Neto não quis dizer o que significa para o governo federal o resultado apresentado pelo Gallup.